

Curso de Licenciatura em Computação
Disciplina: Gestão e Organização Escolar

Financiamento da Educação e o Processo Formativo: Uma Análise Crítica e Interrelacional

Docente:

Dr^a Eugislane Kawalá Moreira Lima Karajá

Abril 2025

Financiamento da Educação e o Processo Formativo: Uma Análise Crítica e Interrelacional

SUMÁRIO

Introdução	04
1. Conceito e Importância do Financiamento da Educação	04
2. Detalhamento do FUNDEB	04
Compreendendo o Fundeb e as Políticas Educacionais de Formação Docente no Brasil	06
1. O que é o FUNDEB e como ele funciona?	06
2. Políticas públicas de formação inicial e continuada de professores	07
3. Processo Formativo: Conceitos e Implicações	08
4. A Relação entre o Financiamento da Educação e o Processo Formativo	08
5. A Importância do Aprofundamento do Tema para o Processo de Ensino-Aprendizagem	09
6. Atividade Final	09
7. Referências Bibliográficas	10

Financiamento da Educação e o Processo Formativo: Uma Análise Crítica e Interrelacional

Introdução

A compreensão das bases que sustentam o sistema educacional é essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas conscientes e críticas. Nesse contexto, o financiamento da educação e o processo formativo estão intrinsecamente ligados. O primeiro determina as condições materiais e estruturais para que o segundo aconteça de maneira eficaz. Segundo Saviani (2007), a educação, enquanto prática social, é condicionada por elementos históricos, políticos e econômicos. Logo, analisar os recursos destinados à educação é também compreender os caminhos trilhados pelo processo formativo.

1. Conceito e Importância do Financiamento da Educação

O financiamento da educação refere-se ao conjunto de recursos econômicos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, assegurados por mecanismos legais e institucionais. De acordo com Oliveira (2007), o financiamento educacional é um dos principais fatores que determinam a qualidade da educação ofertada pelo Estado.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu percentuais mínimos de investimento em educação por parte da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Essa determinação está presente nos artigos 211 e 212 da Carta Magna, consolidando a obrigatoriedade da aplicação de, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

2. Detalhamento do FUNDEB

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é hoje o principal mecanismo de financiamento da educação básica no Brasil. Instituído pela Emenda Constitucional nº 108/2020, o novo Fundeb tornou-se permanente e com maior participação da União.

Segundo Pinto (2021), o Fundeb é um fundo de natureza contábil, composto por recursos provenientes dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, com complementação da União. O novo modelo introduziu critérios de redistribuição para garantir maior equidade e melhorar o financiamento das redes de ensino mais vulneráveis.

Compreendendo o Fundeb e as Políticas Educacionais de Formação Docente no Brasil

1. O que é o FUNDEB e como ele funciona?

O FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) é uma das principais políticas de financiamento da educação no Brasil. Instituído pela Emenda Constitucional nº 53/2006, o fundo foi regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e, posteriormente, renovado e aprimorado pela Emenda Constitucional nº 108/2020.

O FUNDEB é um fundo de natureza contábil, composto por recursos provenientes de impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Seu objetivo é garantir uma distribuição mais equitativa dos recursos públicos entre as redes de ensino, assegurando a oferta de uma educação básica de qualidade em todo o país.

Funcionamento básico do FUNDEB:

Composição: Recursos provenientes de impostos como ICMS, IPVA, ITR, FPE, FPM, entre outros.

Redistribuição: Os recursos arrecadados são redistribuídos entre os entes federados com base no número de matrículas na educação básica pública, ponderadas por etapa, modalidade e nível de ensino.

Complementação da União: Se os recursos dos estados e municípios não atingirem o valor mínimo por aluno/ano estabelecido nacionalmente, o Governo Federal complementa esse valor. Com a EC 108/2020, essa complementação passou de 10% para até 23% do total de recursos do FUNDEB.

Finalidade: Os recursos devem ser usados para pagamento de profissionais da educação (ao menos 70%) e para manutenção e desenvolvimento do ensino (os demais 30%).

Segundo Cury (2021), o FUNDEB representa um avanço na federalização do financiamento da educação, ao estabelecer uma lógica redistributiva e solidária entre os entes federativos.

2. Políticas públicas de formação inicial e continuada de professores

A valorização do magistério está diretamente relacionada ao investimento na formação inicial e continuada dos docentes. As políticas educacionais têm buscado, ao longo dos anos, garantir programas e ações que promovam o aperfeiçoamento da prática pedagógica e a qualificação dos profissionais.

Principais políticas em vigor:

a) Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)

Criado em 2012, o PNAIC foi uma política de formação continuada voltada para os professores dos anos iniciais do ensino fundamental, especialmente com foco em alfabetização até os 8 anos de idade. A formação era ofertada de forma presencial e semipresencial, com acompanhamento de tutores e uso de cadernos temáticos.

b) Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR)

Executado pela CAPES, o PARFOR oferece cursos superiores gratuitos (licenciaturas) a professores em exercício que ainda não possuem formação adequada à área de atuação. É uma importante política de formação inicial com base na Lei nº 9.394/96 (LDB), que exige formação em curso superior para atuação na docência.

c) Programa Nacional de Formação Continuada (FORMAÇÃO PELA ESCOLA, e outras ações via MEC)

A formação continuada se efetiva com apoio de plataformas como AvaMEC e ações integradas com universidades públicas, que oferecem cursos de atualização e aperfeiçoamento. Essa política visa o fortalecimento das capacidades pedagógicas dos profissionais em serviço.

d) Residência Pedagógica e PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência)

Ambos os programas são financiados pela CAPES e integram a Política Nacional de Formação de Professores. O PIBID insere estudantes de licenciatura em escolas públicas, incentivando a docência desde o início do curso. Já a Residência Pedagógica é voltada para estudantes em fase final da licenciatura, com acompanhamento mais intenso e supervisão de professores experientes.

Conforme afirma Nóvoa (2009), “não há boa escola sem bons professores, e não há bons professores sem uma sólida formação e constante atualização”.

3. Processo Formativo: Conceitos e Implicações

O processo formativo é a dinâmica de formação dos sujeitos, que envolve o desenvolvimento de capacidades cognitivas, afetivas e sociais. Conforme Freire (1996), formar é muito mais do que instruir: é desenvolver a consciência crítica dos educandos sobre o mundo.

Libâneo (2013) destaca que a formação humana ocorre na relação entre conteúdo escolar e experiências culturais, e depende diretamente das condições concretas de ensino-aprendizagem. Assim, o processo formativo exige um ambiente educacional estruturado, mediado por profissionais qualificados, materiais pedagógicos e infraestrutura adequadas – elementos garantidos, ou não, pelo financiamento.

4. A Relação entre o Financiamento da Educação e o Processo Formativo

A vinculação entre financiamento e processo formativo é direta. A escassez de recursos compromete a qualidade da formação ofertada. Segundo Cury (2002), a democratização do ensino depende tanto da oferta universal quanto da qualidade dessa oferta, o que implica um financiamento responsável e justo.

A alocação equitativa de recursos permite não apenas o acesso à educação, mas também a permanência e o sucesso escolar, especialmente em comunidades vulneráveis. Sem condições materiais, o trabalho pedagógico se torna precário e fragmentado.

O financiamento adequado é condição estruturante para garantir a formação de qualidade dos docentes. A ausência de recursos compromete a oferta de cursos regulares, materiais pedagógicos, bolsas de estudo e infraestrutura adequada para a aprendizagem.

A interdependência entre o financiamento da educação (FUNDEB) e as políticas formativas é evidente. Sem recursos públicos suficientes, não é possível implementar ações como o PARFOR, PIBID e PNAIC em larga escala. Segundo Saviani (2005), a educação pública depende de políticas que articulem qualidade, acesso e permanência, elementos que demandam recursos financeiros permanentes.

Assim, investir na formação dos professores é investir diretamente na qualidade do processo educativo. Uma formação docente fragilizada, desarticulada das práticas escolares e sem incentivo contínuo repercute na qualidade da educação oferecida aos estudantes, aprofundando desigualdades.

5. A Importância do Aprofundamento do Tema para o Processo de Ensino-Aprendizagem

Compreender os mecanismos que sustentam o sistema educacional permite ao futuro docente atuar de maneira mais crítica, política e eficaz. Trata-se de uma formação integral, que, segundo Arroyo (2006), exige que os professores compreendam as estruturas e lógicas que condicionam o cotidiano escolar.

O estudo do financiamento educacional proporciona aos licenciandos um olhar para além da sala de aula, incentivando o engajamento com a gestão escolar, a política educacional e a luta pela garantia de direitos.

Sugestão de Filme para Aprofundamento

O filme "Pro Dia Nascer Feliz" (2007), de João Jardim, está disponível no YouTube https://www.youtube.com/watch?v=C_eaWWegUCI. Ele retrata a realidade de escolas públicas brasileiras e permite reflexões profundas sobre financiamento, estrutura educacional e desigualdades no processo formativo.

6. Atividade Final

1. Após assistir ao documentário, reflita sobre as questões apresentadas e elabore um resumo analítico. Concentre-se em relacionar os temas abordados no filme com os desafios do financiamento da educação e o processo formativo no Brasil.
2. Envie o arquivo com resumo analítico no link da atividade disponível no moodle-UFT.

7. Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel. Escola: território das crianças. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JARDIM, João (Direção). Pro dia nascer feliz. [Filme-documentário]. Brasil: VideoFilmes, 2005. 88 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=C_eaWWegU-CI. Acesso em: 30 mar. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Financiamento da educação básica no Brasil. São Paulo: Ação Educativa, 2007.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Fundeb: avanços, desafios e alternativas. São Paulo: Fundap, 2021.

SAVIANI, Dermeval. História das Idéias Pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.